

ATA DA 088ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, sr. presidente!

Cumprimento todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Digital e aqueles que nos honram com suas presenças nesta Casa. Também cumprimento toda equipe de colaboradores desta Casa.

Quero, sr. presidente, neste primeiro pronunciamento, na primeira fala nesta tribuna depois do processo das eleições de 2014, fazer um agradecimento a todos os catarinenses que participaram do processo eleitoral, especialmente

aos nossos catarinenses que depositaram o voto neste deputado, no nosso trabalho, na nossa equipe, construindo esses dois mandatos e agora com a possibilidade de fazer mais um mandato de quatro anos nesta Casa.

Quero agradecer aos 33.220 eleitores catarinenses que apostaram no nosso trabalho, pela continuidade da nossa luta, da nossa presença nos municípios. Esse é o reconhecimento dos nossos companheiros e companheiras com relação à posição firme que sempre tivemos sobre os mais diversos temas, sejam eles internos, do nosso partido, das organizações, da luta dos trabalhadores e trabalhadoras, do campo ou da cidade. A nossa presença em muitos eventos municipais, regionais, acompanhando os prefeitos, os vice-prefeitos e vereadores pelo estado afora foram essenciais.

Neste momento, com muito carinho e gratidão, quero agradecer a todos. Muito obrigado! Eu novamente saio dessa eleição com mais um mandato, mas extremamente preocupado com o futuro da política brasileira.

Já fiz isso há quatro anos. Comprometi-me publicamente, desta tribuna, com os catarinenses, numa grande luta pela reforma política no Brasil. Participei ativamente no dia 7 de setembro do plebiscito que foi um grande momento de debate em todo o Brasil e, a sociedade, as instituições e as organizações que acompanham a política brasileira estão extremamente convencidas da importância de fazermos uma profunda reforma política no Brasil.

Não tenho dúvida de que a democracia está comprometida nessa forma da política brasileira em que há uma desigualdade total nas condições de campanha das diversas candidaturas, sejam do Executivo ou do Legislativo. Além disso, temos que discutir outros temas da representatividade política das candidaturas, tanto no Congresso Nacional quanto no Senado e nesta Casa. Enfrentamos grandes campanhas extremamente estruturadas. Enfrentamos muitas diversidades nesta campanha, fazendo uma campanha militante e organizada nos municípios deste estado. Precisamos muito, de coração, agradecer as pessoas que

batalham, que participam do processo político com democracia, sem fisiologismos, em que a população acaba ficando com dívida por algum assistencialismo e não discutindo políticas que garantam o direito à saúde, à educação e à segurança pública. Por isso, quero registrar esse grande momento pós-eleição em que estamos aqui para representar o povo catarinense neste Parlamento.

Em segundo lugar, quero registrar que nesse pequeno recesso tivemos a licitação garantida da Ferrovia da Integração, que liga o extremo oeste ao litoral catarinense. A empresa está escolhida. Trata-se de um investimento de R\$ 54 milhões. A empresa vencedora assumiu a conclusão da obra em até 22 meses. Então, já passa a ser uma realidade. Quando se investe recursos para fazer um projeto técnico de uma ferrovia, no qual muitos não acreditavam, esse é um passo significativo que a presidenta Dilma dá no sentido de termos no futuro o transporte ferroviário em Santa Catarina. Essa é uma importante decisão do governo da presidenta Dilma, olhando para o futuro, no sentido de melhorar o sistema de transporte neste estado.

Quero parabenizar o governo federal que toma essa decisão acertada de construir uma ferrovia neste estado. Além disso, essa ferrovia será um caminho estratégico de desenvolvimento para Santa Catarina.

E, para terminar, a comissão de Finanças aprovou o Projeto de Lei n. 0220/2014, que trata da criação do Programa Microfinanças, por unanimidade. Trata-se de um debate que já vem sendo feito desde 2007 e na Lei-Geral da Microempresa foi um dos temas relacionados no sentido de criar uma política de incentivo e um fundo garantidor para as pequenas e microempresas.

Nós fizemos todo um debate. Participei, na época, da elaboração do projeto na comissão que se criou para discutir esse tema da lei. E agora, novamente, temos encaminhado esse projeto que foi aprovado, hoje, pela manhã, pela comissão de Finanças e Tributação.

Então, todos estão de parabéns por essa luta que já vem de muitos e muitos anos, desde 2007. Na época, apresentamos um projeto que foi arquivado e agora volta essa discussão do projeto de microcrédito às micro, pequenas empresas e empreendedores individuais.

Esperamos que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível, que entre em vigor e que o governo do estado coloque recursos à disposição para ajudar os micro empreendedores, que nessa campanha esse foi um dos grandes apelos. O pessoal dizia o seguinte: "Na agricultura já temos política subsidiada à pequena agricultura um pouco mais capitalizada, que é o Pronaf, mas às microempresas ainda não temos um crédito garantido."

Então, vamos lutar muito para que esse projeto seja aprovado e os recursos cheguem aos nossos microempresários do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, quero, de maneira muito expressiva e muito contente, agradecer todos os catarinenses que depositaram em nós mais um voto de confiança para estarmos aqui pelos próximos quatro anos continuando nosso trabalho.

Quero parabenizar o deputado Ismael dos Santos que junto conosco fez uma campanha pelas igrejas da Assembleia de Deus. Parabéns, deputado!

Parabéns também a todos os deputados de Joinville. Deputado Darci de Matos e o deputado eleito, Patrício Destro, que está estreando como deputado. Fico feliz em ter na eleição do deputado Patrício Destro a certeza de que, a partir de fevereiro, a Zilnete Nunes, minha irmã, retornara à Câmara de Vereadores, efetivamente, para ocupar a vaga dela no Legislativo Municipal. Gostaria de

parabenizar também a vereadora de Criciúma, Giovana de Sá, que conseguiu a cadeira na Câmara dos Deputados. Assim, a igreja Assembeia de Deus volta a ter representatividade depois de dez anos no Congresso Nacional.

Eu quero falar aqui, deputado Reno Caramori, de algo muito importante. Durante as visitas que fizemos nesse período eleitoral ficou muito clara, deputada Ada De Luca, a necessidade de esta Casa elaborar uma legislação com relação ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Nós temos algo extremamente preocupante para os 295 municípios de Santa Catarina. Os prefeitos estão com a guilhotina no pescoço por conta do Plano Nacional de Resíduos Sólidos que o governo federal implantou, dando prazos para acabar com os lixões, para diminuir os aterros sanitários. Mas o governo federal, como sempre, determina ordens, dá prazos, mas não ajuda em nada. Continua a retenção em mais de 70% dos impostos arrecadados em Brasília, que vem a conta gotas aos municípios e aos estados que, com as leis precisam se virar. Foi-se o Piso Nacional da Educação. O governo federal implantou o piso, mas não ajuda em nada. Os prefeitos e governadores estão se virando nos 30 para aqueles que pagam. Há, ainda, gente que não paga. E assim é o Plano Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Por isso, as prefeituras estão tendo muita dificuldade.

E quando nos envolvemos com essa questão dos resíduos sólidos, algo que já estamos acompanhando, deputado Ismael dos Santos, há algum tempo - sendo que fui o autor de 168 emendas no nosso Código Ambiental especificamente sobre resíduos sólidos -, encontramos dois grandes problemas.

O primeiro é a insegurança jurídica, deputado Dirceu Dresch, de empreendimentos terceirizados ou participações privadas nessa questão dos resíduos sólidos.

O Plano Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos menciona, deputado Ismael dos Santos, que a reciclagem ou qualquer outro tipo de trabalho com o lixo com o resíduo sólido é responsabilidade

das organizações formadas por pessoas de baixa renda. O problema é a interpretação errada do referido plano, como, por exemplo, na palavra "preferencialmente". A legislação diz que a reciclagem é preferencialmente feita por entidades formadas por pessoas de baixa renda, mas a referida expressão está sendo confundida com "exclusivamente".

E eu me dei conta da confusão que as pessoas fazem com esse tipo de expressão quando, há alguns dias, fui ao banco com minha esposa. Lá havia vários caixas, todos ocupados, e havia um, na direita, livre, mas havia também uma plaquinha, e nela estava escrito: atendimento preferencial para gestantes, idosos e pessoas com dificuldade de mobilidade. A minha esposa ao chegar, viu todos os caixas ocupados, olhou aquele caixa livre e foi direto lá. Quando ela foi àquele caixa eu a repreendi, dizendo que ela não estava grávida, não é anciã e não é cadeirante para ser atendida por aquele caixa da direita. E ela disse para eu ler bem o que estava escrito na plaquinha: uso preferencial para gestantes, idosos e cadeirantes. Não estava escrito exclusivo, mas, sim, preferencial. Isso quer dizer que se chegar alguém que se enquadra nessa plaquinha vai ter a preferência, não tendo ninguém, qualquer pessoa pode utilizar.

Assim, a interpretação que temos é de que a pessoa está fazendo algo errado, porque é difícil distinguirmos a palavra preferencial de exclusiva. É exatamente essa confusão de palavras que está havendo no Plano Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Vamos citar um por exemplo. Digamos que o Cesar Souza Júnior, prefeito da cidade de Florianópolis, queira montar aqui uma usina para fazer óleo diesel, para fazer "n" ações que nós temos hoje para recuperar ou não deixar o lixo, o resíduo, ir para os aterros ou para a reciclagem e fazer alguma coisa, como por exemplo, produção de gás, de óleo diesel, de carvão, pois são "n" as saídas que temos.

Ocorre que o referido prefeito não terá, juridicamente, a garantia de dizer para o

empresário que vem aqui montar uma indústria ou uma usina para mexer com o lixo, que o lixo vai para ele. E sabe por que não tem? Porque o Plano Nacional dá a preferência para qualquer ONG e não para qualquer outro tipo de empreendimento.

Nós precisamos discutir isso. E o que eu fiz? Um dos artigos que apresentamos para nossa legislação estadual, o art. 198, menciona que, não havendo organização no município ou a organização existente não tendo condições técnicas e financeiras de executar o trabalho, ele poderá ser feito por uma entidade ou por uma empresa privada. Essa medida dá a segurança jurídica ao prefeito e também ao empresário, que não terá dificuldade de matéria-prima para o seu empreendimento, que é, exatamente, o problema para muitos municípios, que são os lixos gerados por todos nós, sobreviventes ou viventes deste mundo.

Nós precisamos estar discutindo isso. E quero continuar com esta bandeira estendida.

Queremos fazer audiências públicas pelo estado, deputada Luciane Carminatti, para trazer os prefeitos, os vereadores, as entidades ligadas às organizações não governamentais e à reciclagem, para tratar assuntos relacionados a esse tipo de problema que é o gerenciamento de resíduos sólidos. E pasmem, quando na campanha eu falava sobre isso, dizia da particularidade que temos aqui em Santa Catarina.

Esta Casa aprovou uma lei de autoria do deputado Gelson Merisio, que em Goiás já existia, proibindo enterrar o olho do animal em solo goiano. E um cidadão de Chapecó comprava esse resíduo porque não podia ser enterrado em Goiás e enterrava em Santa Catarina. Mas se é proibido ser enterrado em Goiás porque tem problemas com o solo, porque que pode enterrar aqui? Aí tivemos que fazer uma legislação proibindo enterrar olho de boi aqui em Santa Catarina também.

Então são particularidades que nós temos.

Quando começamos a falar aqui em gerenciamento de resíduos sólidos, recebi uma ligação de um prefeito do oeste catarinense, que disse:

deputado, o que é que nós vamos fazer com os bois que morrem aqui no nosso município?

Deputada Luciane Carminatti, segundo, ele, na sua região morrem 300 animais por mês. E que estes bois, vacas, deputado Maurício Eskudlark estão sendo enterrados de qualquer jeito. O que vamos fazer? Porque temos para o ser humano um cemitério com todo o cuidado para não estar prejudicando a natureza. E por que um boi pode ser enterrado de qualquer forma? Qual a diferença, em matéria orgânica, de nós para os animais? Precisamos tratar desse assunto aqui.

Vou trazer essa discussão a esta tribuna para todos os deputados.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, gostaria de fazer algumas reflexões sobre o que ouvimos nesta campanha eleitoral.

Sr. presidente, já formei aqui um grupo e v.exa. não fará parte do bloco da volta dos que não foram. Ou melhor, a volta dos que não foram reeleitos. E dá um bloquinho respeitável, um bom bloco. Mas temos conversado bastante e trocado muitas ideias interessantes.

E fazendo uma pequena reflexão sobre essa campanha muito interessante, e o mesmo deve ter acontecido com todos os deputados que andavam pelos interiores e até dentro da nossa própria cidade Joinville, nos bairros, mais nas periferias da cidade. As pessoas, muitas vezes, graças a Deus uma minoria, vinham na janela quando eu passava com o meu caminhão pequeno, com microfone falando para todas as pessoas de vários bairros de Joinville, e apontavam para o chão cobrando de mim a arrumação das ruas cheias de buracos.

E em reuniões nota-se que muitas pessoas não têm muita noção da função de um deputado. O povo de um modo geral imagina que política é tudo uma coisa só, tanto na questão moral, quanto na questão das suas obrigações. Eu digo na moral,

porque hoje há quase uma generalização que todo político é ladrão, que todo político não presta, devido às denúncias diárias que se vê na televisão.

Mas sabemos e temos nesta Casa exemplos monumentais de pessoas que trabalham muito para o bem do nosso estado, trabalham com seriedade e com muita transparência, e eu me incluo entre essas pessoas. Mas existe dentro da população uma falta de entendimento sobre o que realmente faz cada segmento político. Também como funciona o Poder Legislativo, o Poder Executivo, porque eu fui cobrado muitas, mas muitas vezes. Por exemplo, com relação à questão de ruas, quando se fazia uma reunião com 50 ou 60 pessoas existiam os seguintes questionamentos: "O que o senhor vai fazer pela nossa rua? Olhe a situação que estamos vivendo em nosso bairro?" E para explicar é difícil com poucas palavras, porque a pessoa pode até se ofender com a resposta certa, que seria: Eu não sou candidato a prefeito nem a vereador.

Então, temos que explicar para as pessoas que o vereador tem que cobrar do prefeito, que o deputado tem que cobrar do governador, que as obrigações executivas do município são tarefas do prefeito e que tem que ser cobradas pelo vereador, e que ao deputado cabe cobrar do governador verbas para a infraestrutura do seu município, fiscalizar o governo e assim por diante, mas isso é muito complicado para se explicar ao povo.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Eu agradeço deputado Nilson Gonçalves o aparte, é uma coisa que me impacta muito a sua fala no dia de hoje, porque no dia a dia, quando se conversa com a população isso acontece.

Infelizmente, no Brasil, colocamos os jovens com 16 anos para votar, mas não se discute com a sociedade essa questão política. Por exemplo, qual é o papel do político? Isto precisaria ser discutido nas escolas, ter um processo de preparação. No passado até tínhamos o tema

política na escola, mas isso foi abandonado. Então, as pessoas votam, mas não sabem certo qual é o papel da política, do político. E o nosso papel como liderança política é ajudar nisso, mas existe, por outro lado, uma torcida, uma ação violenta da grande mídia em distorcer os fatos, colocar todos os políticos no mesmo saco, como se diz lá no interior, na mesma vala, dizendo que todos são corruptos, não prestam. E isto de fato nos preocupa. Precisamos buscar encaminhamentos, legislações, políticas para resolver essa questão. É preciso mostrar qual é o papel do governo municipal, do governo estadual e do governo federal. Enfim, destacar qual é o papel do vereador, do deputado estadual, do deputado federal, do senador, etc. E de fato v.exa. está com a razão, deputado Nilson Gonçalves, foi muito boa a sua intervenção nesse sentido.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch, e parabéns pela sua reeleição.

Hoje, pela manhã, eu assisti a um programa esportivo e o repórter que dá cobertura para o time do Cruzeiro, que está em disparada na liderança do campeonato, dizia para o pessoal que estava em São Paulo: Está sem graça isto aqui, não tem graça trabalhar, porque não há notícia para fazer manchete, não há notícia para vender jornal. E outro repórter pergunta: Mas por quê? Porque o Cruzeiro está lá em cima no campeonato, só tem notícia boa, só estão acontecendo coisas boas. O que eu faço? O bom é quando tem notícia ruim, porque aí se pode fazer manchete.

E podemos fazer um paralelo desse dialogo com relação à política, porque quando só tem notícia ruim, aí sim, tem muita manchete, muita divulgação e acaba-se generalizando tudo. Essa é a grande verdade.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Nobre deputado, v.exa. tem toda razão, pois na semana da eleição fui chamado na comunidade Amar, em Itajaí, para

participar de uma reunião com os jovens - e a maioria deles ia votar pela primeira vez - para falar um pouquinho sobre as questões políticas e depois abrimos um espaço para perguntas. E para minha surpresa, as perguntas foram sobre qual o papel de um vereador, de um deputado estadual e federal, de um prefeito, ou seja, eles não sabem, porque a escola não ensina! V.Exas. lembram da matéria que nós tínhamos no nosso tempo, OSPB, Organização Social Política Brasileira? Precisamos trazer isso novamente para as escolas. Nós tínhamos também IPT, Iniciação para o Trabalho e lembro que aprendíamos a preencher cheque.

Então, está faltando esse tipo de cidadania nas escolas, sem partidatismo, mas falando sobre a política até para as pessoas saberem como ela acontece.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Complementando esse raciocínio, essa reflexão que estamos fazendo, também podemos falar em relação ao voto, ao nosso sistema democrático. Em Joinville tivemos uma quantidade assustadora de votos anulados e em branco! Nós temos um curral eleitoral de 380 mil eleitores e votos válidos para deputado estadual foram 198 mil. Foram 182 mil votos perdidos, porque as pessoas estão desencantadas com a política.

Cansei de ir a várias reuniões dizer para as pessoas que a democracia é horrível, é ruim, é uma porcaria, mas que os outros sistemas de governo são piores ainda. Quem de nós quer voltar para o comunismo? Quem quer ter um sistema comunista no Brasil, haja vista que sabemos que mais de 100 milhões de pessoas perderam a vida sob esse sistema de governo há anos? Quem quer para o Brasil o bolivarismo venezuelano, que mostra uma decadência do sistema econômico e tudo mais. Quem quer isso? Quem quer para o nosso país uma ditadura? Ninguém quer!

Então, não nos resta alternativa que não seja a democracia. E se nós temos democracia como alternativa temos que ter consciência de que votar é uma coisa séria e que não adianta ficar com raiva dos políticos e não ir votar. Temos que

votar com discernimento e não por causa de uma placa de R\$ 400,00 que foi colocada no quintal, ou por causa de uma transparência que dá direito a um tanque de gasolina para passear por aí. Então, as pessoas precisam ter consciência e responsabilidade ao votar e teremos essa oportunidade novamente agora neste segundo turno.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, telespectadores da TVAL, público presente, nem queria e vou tentar não ir na direção de fazer avaliações ou comentários sobre as últimas frases do deputado Nilson Gonçalves, mas para discutir sobre a realidade política e a política representativa no Brasil precisaria ir nesta direção, porque temos aqui uma democracia representativa, que cada vez mais se constitui como representativa dos banqueiros, das empreiteiras, do agronegócio, como por exemplo, da Friboi, da Klabin e outras tantas empresas. Então, a democracia representativa brasileira é representativa desses setores.

Não adianta nada nós, que ainda estamos com mandato eletivo, ficarmos falando na reforma política como se fosse uma coisa que fosse ser realizada, porque evidentemente que para os setores que venceram a eleição, já venceram e venceriam de qualquer forma, porque financiaram as três grandes candidaturas que disputavam a Presidência da República e continuam financiando as duas, e financiaram a maioria dos deputados federais que foram eleitos.

Aliás, eles financiaram a imensa maioria, a quase totalidade dos deputados federais e senadores que foram eleitos.

Quem está mandando e irá mandar no Congresso Nacional na legislatura que vem serão justamente esses setores que têm mandado! E para eles está

muito bom assim! Já pensou o que seria para os banqueiros, para as empreiteiras, para a Friboi e outros se efetivamente houvesse soberania popular no Brasil? Se a vontade popular fosse soberana neste país, com certeza eles iriam, pelo menos, parar de parasitar de forma tão intensiva o suor do trabalho da imensa maioria do povo brasileiro. No mínimo, isso.

Então, não adianta ficar aqui falando o que defendemos na reforma política. Todo mundo diz um monte de coisa bonita que defende na reforma política, só que não vai acontecer! Ela só vai acontecer se o povo se organizar desde as bases da sociedade e empurrar de baixo para cima contra tudo e contra todos, porque o estado é um aparato e será um aparato para tentar manter o *status quo* da forma como ele está.

Esta é a lamentável realidade e talvez o que eu tenha mais importante a dizer depois desse processo eleitoral e de ter sido candidato ao Senado.

A soberania popular está aviltada no Brasil, mais de uma forma tão irremediável que não será uma pequena reforma de detalhes, mudança de detalhes nos códigos eleitorais que poderá alterar este quadro, infelizmente.

Eu falei ontem aqui - evidentemente que este meu discurso pode parecer que é um discurso de quem não venceu a eleição, embora mesmo no processo eleitoral e antes nós falávamos nessa mesma direção - que seguiremos falando, independentemente do espaço onde estivermos, da nossa derrota, não porque não me elegi senador, porque a eleição deste deputado, isolado dentro deste Parlamento ao Senado, seria um acidente da história, mas por não termos eleito deputados.

Eu avalio que nós conseguiríamos eleger na nossa chapa pelo menos um deputado estadual, e trabalhamos para isso. Aliás, eu fui candidato ao Senado também para fortalecer a chapa e para contribuir nesse espaço. E ainda bem que fui candidato, porque se não tivesse sido talvez eu próprio estivesse hoje me culpando pela chapa inteira não ter tido êxito, que se estivesse saído

candidato ao Senado teria sido eleito pelo menos um deputado na chapa do PSOL para continuar a política de defesa de certas posições dentro deste Parlamento. Evidentemente que esse candidato a ser eleito seria, como foi o mais votado, o soldado Elisandro Rotin de Souza, companheiro presidente, agora licenciado da Aprasc.

Então, a nossa derrota é, principalmente, esta. Mas, não obstante o insuficiente êxito eleitoral, pegando uma carona aqui no discurso feito pelo deputado, presidente em exercício até anteontem, Joares Ponticelli, que foi candidato a vice-governador na chapa de Paulo Bauer, as pesquisas eleitorais influenciam e manipulam a vontade popular. E olha que no meu caso, 3%, que o Ibope dizia que eu tinha foi o que eu acabei tendo, assim como Raimundo Colombo foi eleito no primeiro turno, como o Ibope também disse que seria. Mas mesmo assim o deputado Joares Ponticelli veio falar desse fenômeno. E eu senti esse fenômeno como nunca tinha sentido.

A cada 20 dias uma pesquisa do Ibope jogava a nossa candidatura e a nossa campanha por terra, e a minha tarefa, deputado Moacir Sopelsa, era tentar juntar os cacos de volta. Quando já estávamos lá novamente com o grupo que fazia um volume andando pelas ruas, 20 dias depois vinha outra pesquisa do Ibope e jogavam a nossa candidatura e a nossa campanha por terra.

O fato mais lamentável é que colocava na nossa frente candidaturas que evidentemente tinham menos expressão na sociedade, como a prática e as urnas confirmaram, como que dizendo: "Olha, o Soares não tem chance mesmo, ele está atrás de todos os outros, inclusive de gente das quais nunca se ouviu falar na política catarinense".

Então, tem um "q" que se precisa pensar. Aliás, não se vai pensar também, porque o modelo atual favorece as candidaturas oficiais, e permitam-me dizer dessa forma, ou pelo menos a maioria, e, portanto, isso também não vai ser mudado, porque se favorece os poderosos, continuará prevalecendo.

Mas para quem não está nas chapas oficiais chega a ser desumano o processo de manipulação dos resultados de pesquisa. E isso é lamentável e também ajuda a aviltar a soberania popular, que a nossa Constituição diz que é a vontade soberana e majoritária da sociedade e dos governos.

Mas, enfim, não obstante toda a situação, toda a peleja que vai continuar aqui ou em qualquer tribuna, evidentemente, é preciso agradecer aos companheiros e às companheiras que caminharam conosco pelas ruas, apesar das pesquisas e da ausência absoluta de recursos e de condições, e nos horários de folga, ou da aula ou do trabalho, porque essa era a realidade das pessoas que estiveram conosco na campanha.

Quero fazer o registro de servidores da Segurança Pública, especialmente praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que se empenharam na campanha; servidoras e servidores da Saúde Pública do Estado, que tinham a candidatura a deputado estadual e que abraçaram, de forma até apaixonada, a sua candidatura e também a nossa candidatura ao Senado; da juventude e dos estudantes; dos profissionais liberais; de servidores públicos e até autoridades do serviço público dos mais diversos setores que apoiaram a nossa candidatura ao Senado. E, inclusive, pequenos agricultores e comerciantes. Porque, felizmente, conseguimos estabelecer alguma relação e dizer que o grande inimigo da sociedade brasileira e da soberania popular são os monopólios, os banqueiros, as empreiteiras, o latifúndio, o agronegócio, o sistema financeiro internacional e a sua dominação imperialista sobre a sociedade brasileira. E caminhar nessa direção é o que vamos fazer por todos os outros dias da nossa vida daqui até o último dia.

Por fim, quero agradecer a todos que contribuíram e ajudaram, inclusive aos que estão aqui até muito próximos de nós neste Parlamento. E se me permitem, agradeço especialmente à cidade de Imbuia, pois lá fui o segundo mais votado e quase venci a eleição ao Senado em Imbuia. Evidentemente que apoiado por amigos de infância de todos os

partidos. No centro de Imbuia, em oito urnas, eu fui o mais votado.

Portanto, quero deixar esse abraço. Entendo que isso foi uma demonstração de carinho daqueles que, por saber da nossa honestidade e conhecer a nossa história de vida e de luta, e também da nossa família, resolveram fazer esse resultado bonito também para nos alegrar e para garantir que o futuro pode ser diferente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas e todos que acompanham esta sessão.

Em primeiro lugar, gostaria de falar desse momento importante que o Brasil está vivendo, que é a reeleição de um projeto que precisa continuar neste país, e que tem modificado a vida dos brasileiros, com o desafio de assumir o compromisso de continuar com um governo que está transformando o Brasil em um país de oportunidades para todos.

Eu, como professora, sei exatamente o que significam os investimentos que os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff têm feito. É a primeira vez na história deste país que temos a aprovação de uma luta histórica, que são os 10% do Produto Interno Bruto para a educação. Isso significa colocar 10% de toda a riqueza produzida para investir na infância, na educação, nos jovens adolescentes, no futuro do nosso país. Setenta e cinco por cento de todo recurso do pré-sal irão financiar a educação brasileira.

Nós temos ainda 18 novas universidades criadas neste período, dobrando o número de jovens universitários, chegando a sete milhões de

estudantes no ensino superior, contra um tempo em que as universidades federais não tinham sequer recursos para custear a manutenção de uma instituição de ensino.

Mais de 85 mil alunos estudando em outros 40 países através do Programa Ciência Sem Fronteiras, oito milhões de alunos matriculados no Pronatec para enfrentar o desafio, que é a falta ou a baixa qualificação técnica e profissionalizante da nossa população. E sem profissão, sem qualificação, significa não ter trabalho decente, não ter renda, não ter qualidade de vida.

Oito mil creches entregues no governo do presidente Lula. É importante dizer que a primeira vez que um presidente investiu na construção de creches municipais neste país foi em 2007. Em toda história da república brasileira nunca se colocou dinheiro federal para fazer creche. Agora, nós estamos construindo creches.

Na saúde, em poucos anos, nós não teremos mais problemas com a falta de médicos. Só em Santa Catarina são 200 vagas para formar médicos também, vagas abertas nas universidades. Então, quando a presidenta Dilma traz médicos de fora é porque nós não fizemos o dever de casa, de abrir novos cursos de Medicina. Mas, ao mesmo tempo, a presidenta enfrenta este problema e abre 200 novas vagas somente em Santa Catarina.

Nós temos emprego, temos renda, diminuimos a desigualdade, mais de 40 milhões de brasileiros deixaram a linha de pobreza. De 2011 até 2014 nós geramos cerca de cinco milhões de empregos. Enquanto a crise anterior eliminou 60 milhões de empregos, no primeiro mandato a nossa presidenta Dilma concentrou investimentos em áreas fundamentais para melhorar a vida dos brasileiros.

Mas agora nós temos que enfrentar outros setores e a cadeia produtiva como um todo, principalmente as reformas política e tributária. Quanto à política, creio que muitos já se adiantaram na fala anteriormente, muito embora me pareça que não entramos no debate central do problema das eleições, que é o financiamento privado das campanhas eleitorais.

Santa Catarina também ganhou com a presidenta Dilma, e muitos aqui podem dizer que foi nada mais do que a obrigação, porque nós pagamos impostos e estes impostos têm que voltar em forma de serviços. Pois bem, a vida inteira o povo brasileiro e catarinense pagou impostos, mas os recursos iam até Brasília, ficavam concentrados em Brasília, e agora eles voltam em forma de obras, de programas e de projetos.

É o caso da mobilidade urbana em Santa Catarina. Foram 756 milhões investidos em corredores de ônibus aqui em Florianópolis, corredores exclusivos em Blumenau, corredores de ônibus em Joinville, e expansão do sistema integrado também em Joinville.

Na infraestrutura, nós vimos pela primeira vez investimentos em obras nos portos de Itajaí e São Francisco do Sul. A duplicação da tão falada BR-101, a Usina Hidrelétrica de Garibaldi, a subestação de Forquilha e linhas de transmissão.

Na saúde e habitação o programa Mais Médicos colocou um milhão e meio de beneficiados em 199 municípios catarinenses.

Na saúde medicamentos gratuitos para quase um milhão de catarinenses.

O programa Minha Casa Minha Vida, que não tem praticamente recursos estaduais, conta hoje com 85.752 mil moradias entregues e 50.266 mil moradias em construção. No ensino técnico, o Pronatec em Santa Catarina temos 325.48 mil matrículas. Nós temos quase quatro mil catarinenses estudando em 40 países no programa Ciência Sem Fronteira. No ProUni e Fies temos 89.379 beneficiados.

Por isso, neste momento, eu quero dizer que nós precisamos muito do apoio do governador Raimundo Colombo, dos partidos da base do governo, principalmente do PMDB, que tem o vice-governador deste estado, mas que também tem o vice-presidente da nossa nação brasileira. Precisamos contar com todos os parlamentares que querem um Brasil melhor para a nossa população. E não tenhamos dúvida de que tirar esse governo significa um retrocesso no

emprego, nas conquistas sociais, na infraestrutura e na construção de um país democrático. É esse país que quero que continue crescendo e melhorando a vida de todos.

Por último, quero agradecer a todos os eleitores que me deram a condição 45.248 mil votos nessa eleição, passando da última eleição de 29.494 mil. E a minha querida cidade natal de Chapecó me deu a oportunidade de ser a mais votada com 19.250 mil votos. Eu quero agradecer, de forma especial, a todas as lideranças, aos eleitores, aos movimentos sociais que nos ajudaram, aos professores que são meus companheiros de luta, de peleia e dizer que vamos continuar aqui neste parlamento trazendo muitas demandas da área da Educação. Quero agradecer também aos trabalhadores da agroindústria, aos profissionais da saúde, a todos os trabalhadores da Defensoria Pública, da Assistência Social e da Economia Solidária.

Quero dizer que acredito muito na política, que a política é séria, sim, se a gente fizer com compromisso público e não compromisso privado. Se a gente fizer a política séria, honesta, se a gente fizer a política dialogando, estabelecendo relação com as pessoas com quem nós representamos. Eu acredito muito que esse é o caminho da transformação. Não há outro caminho para modificar a vida das pessoas, por mais que queiramos ou não, sem que a gente discuta o viés da política. Sem a política, sem os partidos, sem a democracia, sem o Parlamento, sem a representação nós temos a ditadura. E nós não queremos a ditadura.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SPELSA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, volto à tribuna desta Casa, depois deste período eleitoral para primeiramente fazer um agradecimento a todos

aqueles que puderam me acompanhar durante essa caminhada política. Ninguém vai a lugar nenhum se não há um grupo de pessoas que trabalham juntos. Tenho certeza de que os parlamentares que se reelegeram, os que não conseguiram a conquista do mandato e os eleitos para um primeiro mandato trabalharam com um grupo de pessoas. Ninguém vai a lugar algum sozinho. Por isso, quero agradecer a todos que me ajudaram de uma forma ou de outra a buscar os 39.040 votos. Sem esse apoio, sem o reconhecimento e a confiança do eleitor, também não teríamos chegado.

Procurei sempre em todos os mandatos trabalhar com lealdade, dignidade, olhando sempre para onde moram as pessoas, ou seja, os municípios. É nos municípios que precisamos ter uma melhor saúde, educação e infraestrutura para que as pessoas possam ter mais qualidade de vida. Também quero trazer o reconhecimento do meu partido, o PMDB, em nível estadual, que manteve dez deputados estaduais, cinco deputados federais, o governador, o vice-governador e também tivemos a felicidade de eleger o senador Dário Berger.

O PMDB mostrou sua força através de sua militância, pois os dez deputados estaduais eleitos contaram com o apoio dos suplentes e dos 784.349 mil votos em nome da legenda. O PMDB tem o maior número de deputados no Brasil, 142. Também elegeu a maior bancada federal. Hoje tem 67 deputados federais, seguido pelo PT, que é a segunda maior bancada. Falava há pouco ao deputado Sargento Amauri Soares que vou continuar insistindo em dizer que o Congresso Nacional precisa de uma reforma partidária e política.

Nós não podemos mais fazer política e eleições da forma que elas estão acontecendo. Fala-se muito de investimentos nas campanhas, mas uma questão que precisamos resolver, deputado Padre Pedro Baldissera, é a quantia de partidos que temos instalados no nosso país. Para mim não existe partido pequeno ou partido grande, todos os partidos criados por lei têm o direito de disputar uma eleição, mas me refiro a esses partidos que no fim tem candidaturas espalhadas para oferecer aos

maiores partidos mais tempo no horário político, para oferecer aos maiores partidos o apoio na majoritária. Nós vimos nessas eleições candidaturas que não poderiam, democraticamente, existir, mas sem nenhuma condição. E aí nós vemos que essas candidaturas acabam sendo candidaturas que vão ao encontro de um ou de outro interesse. Por isso, a reforma política precisa acontecer. Nós precisamos voltar a ter partidos que possam sustentar uma candidatura majoritária. E para isso acontecer, deputado Kennedy Nunes, nós não precisamos extinguir os partidos, basta que o nosso Congresso Nacional pense em uma ação, que é a ação de proibir as coligações nas proporcionais. Quando nós tivermos essa proibição, vamos fortalecer mais uma vez os partidos políticos, vamos fortalecer as candidaturas, vamos ter eleições mais regionais, vamos ter eleições em que as propostas vão ser melhor discutidas, melhor apreciadas, vamos ter eleições onde o trabalho vai ser mais reconhecido. Enfim, não podemos continuar com uma eleição a cada dois anos. É impossível o país sustentar o custo de uma eleição a cada dois anos. É impossível pararmos o país em cada dois anos para termos em um ano a eleição para governador, para presidente da República, para deputado, senador, governador e, dois anos depois, termos mais uma vez a eleição para prefeitos e vereadores. É preciso ter consciência de que esse sistema não serve. É um sistema que precisa ser mudado. O Brasil já caminhou muito na direção da democracia. Somos um país jovem, mas estamos aprendendo a democracia. Temos consciência da democracia.

Mas, além de termos essa dificuldade das alianças, temos as dificuldades daqueles que têm mais poder ou menos poder. Por isso, quando reconheço a força do meu partido, quando respeito todas as siglas partidárias, quando venho aqui agradecer àqueles que estiveram junto comigo em mais eleição, que me ajudaram, àqueles que me confiaram mais uma vez o voto, quero dizer que podem ter certeza da continuidade aqui, na

Assembleia, do meu trabalho voltado sempre para o crescimento e desenvolvimento dos municípios.

Falei muito durante a campanha sobre o meu compromisso com a saúde. Não consigo admitir que tenhamos dificuldades para conseguir uma internação, que uma pessoa tenha que esperar de quatro a oito meses para fazer um exame de alta complexidade. Não consigo admitir que um pai não tenha a possibilidade de dar um curso superior para seus filhos. Não consigo também continuar vendo a nossa classe produtora sendo tratada desta forma. Precisamos repensar a infraestrutura do nosso estado, como a BR-282 que liga o extremo oeste de Santa Catarina a nossa capital. Não podemos continuar com a BR-470 como está.

Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. que é do oeste de Santa Catarina. Queremos que essa ferrovia tão falada saia do papel, e para mim não importa que ela seja federal, estadual ou privatizada. Precisamos, para garantir a agricultura, o sucesso da produção de suínos, de aves, a produção de leite, é nos abastecer de milho e soja, que aqui custa quase o dobro dos estados do centro oeste. Precisamos para o agronegócio, que representa mais de 40% da economia do estado de Santa Catarina, de infraestrutura, ou seja, de condições para oferecer melhor transporte, melhor segurança no abastecimento dos cereais principais. De outra forma, estaremos perdendo esse negócio para outros centros produtores de cereais.

Enfim, a missão que nos aguarda a partir do ano que vem é continuar esse trabalho de melhorar a infraestrutura dos nossos municípios, de melhorar a qualidade de vida das pessoas, mas para que isso aconteça, precisamos de muito trabalho e empenho. Temos que ter, todos nós que nos elegemos, o compromisso de trabalhar para oferecer, no mínimo, essas condições de infraestrutura, de saúde e de educação para a nossa gente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado dos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, sociedade catarinense que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, pessoas que estão, neste momento, nas galerias desta Casa.

Gostaria de iniciar a minha fala agradecendo ao povo de Santa Catarina, aos nossos eleitores, demais colaboradores, apoiadores, assessores da nossa equipe de trabalho pela nossa reeleição e pela nossa votação. Agradeço cada um, cada eleitor, cada amigo, cada um desses 41.489 votos. Quero deixar registrado o meu muito obrigado!

Na verdade, em cada pessoa, em cada eleitor, existe um sonho, uma esperança, um projeto, é assim que encaramos, não como números, mas como seres humanos dotados de sentimentos, de necessidades.

E o nosso papel nesta Casa é o de representar cada um desses eleitores e trabalhar para que todos possamos viver com mais qualidade de vida, num estado cada vez melhor. Falou aqui o deputado Moacir Sopelsa sobre a importância de o estado continuar avançando numa velocidade ainda mais rápida porque a sociedade assim exige, seja na área da Educação, na área da Segurança, na área da Agricultura, na área da Saúde, que hoje é a grande prioridade. Se as urnas deixaram alguma mensagem para cada um de nós que estive em campanha nos últimos 90 dias, foi a de que precisamos, não apenas em Santa Catarina, mas em todo o Brasil, de mais qualidade no atendimento à saúde pública. Se existe uma mensagem que foi unânime, em cada cidade, em cada reunião, em cada casa em que fomos recebidos foi essa: melhorar a saúde. É disso que nós precisamos.

Portanto, esse é um desafio. E a campanha é o momento de nos reabastecer de informações, de

ideias e de projetos para, ao longo do mandato, na qualidade de representante das pessoas, dar sequência a esses sentimentos.

A todos minha eterna gratidão, o meu muito obrigado pelo carinho, pela motivação, pelo incentivo, pela forma como fui recebido em cada casa, em cada reunião, em cada rua.

Quero aqui expressar e ratificar o nosso compromisso político com o mandato renovado de continuarmos lutando pelas causas de interesse de toda Santa Catarina e, em especial, pelas demandas de melhoria da infraestrutura do nosso estado e das nossas cidades, especialmente daquelas cidades, tanto do alto vale quanto do sul do estado, como o projeto da Serra do Faxinal, que ainda está parado. Já passaram três governos e não se consegue evoluir. Da mesma forma a Serra da Rocinha, em Timbé do Sul, que vai interligar a BR-101 até São Borja, na divisa da Argentina, que é um sonho de mais de um milhão de catarinenses do sul do estado e que está parado há 15, 16 anos.

A barragem do Rio do Salto, deputado Manoel Mota, fruto de muitas lutas também durante o seu mandato, depois de 20 anos ainda não conseguimos dar início a obra, que se torna um grande desafio para todos nós desta Casa de, até o final desta legislatura, comemorar com a população a conquista dessa que é uma necessidade para o abastecimento de mais de 100 mil pessoas e para a irrigação das lavouras da agricultura familiar de toda uma região. A rodovia Interpraias, os nossos hospitais filantrópicos do sul e de todo o Brasil precisam da nossa atenção.

O hospital Regional de Araranguá, o hospital infantil de Criciúma e o hospital Nossa Senhora da Conceição de Tubarão carecem cada vez mais de investimentos no sul do estado. Por isso, será o foco da nossa preocupação criar uma legislação para que o estado possa compensar a grande defasagem da tabela do SUS, como fazem os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, que compensam os hospitais filantrópicos dessa defasagem que existe na tabela do SUS.

Quero renovar também o meu compromisso com o setor da Agricultura de Santa Catarina, com o agronegócio, com agricultura familiar, com os produtores de arroz que, a cada safra, produzem investimentos na mesma ordem da BMW que vai sair em Santa Catarina, deputada Dirce.

A nossa agricultura familiar produz mais riquezas do que a instalação de grandes indústrias, que são muito bem-vindas, mas, às vezes, desabitua-nos de dar aos agricultores a devida atenção que eles merecem. No nosso próximo mandato essa será a nossa prioridade.

Gostaria, ainda, de renovar também a minha preocupação e a nossa luta incansável com as questões relacionadas à saúde, principalmente no que diz respeito ao projeto de lei Saúde+10, que está parado na Câmara Federal e que será a salvação dos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, possibilitando ao ministério da Saúde de uma vez por todas provocar o reajuste da tabela do SUS.

Também há outras questões pontuais, como o apoio a todas as categorias ligadas à secretaria da Agricultura, como à Epagri e à Cidasc, e também à reestruturação do quadro de funcionários da secretaria da Agricultura. Neste momento, a Epagri e a Cidasc estão em greve, e isso acontece num estado em que 1% do território está ligado ao agronegócio e que não dá a devida atenção aos funcionários ligados à agricultura. É uma vergonha ver os trabalhadores da pesquisa, da extensão, da defesa sanitária animal, do nosso agronegócio, não receberem a devida atenção por parte do governo do estado, principalmente no que se refere à assinatura do acordo coletivo de trabalho.

E quero aproveitar o final do meu tempo nesta tribuna para prestar uma homenagem e apoiar a campanha Outubro Rosa, que visa à prevenção do câncer de mama e à necessidade da realização dos exames de mamografia. Precisamos ajudar e nos emanar nesta campanha. Por isso, fica o meu apoio às associações e a todas as entidades que estão à frente do projeto Outubro Rosa.

Muito obrigado, presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra com muita satisfação, a presença de Juliano Goulart, assessor da bancada do Partido dos Trabalhadores, que nos visita na tarde de hoje.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0224/2014, 0263/2014, 0381/2014, 0552/2014, 0559/2014, 0572/2014, 0574/2014.

Também comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0024/2014, 0072/2014, 0075/2013, 0079/2014, 0151/2014, 0179/2014, 0181/2014, 0199/2014, 0207/2014, 0220/2014, 0239/2014, 0252/2013, 0258/2014, 0282/2014, 0285/2014, 0296/2014, 0346/2014, 0348/2014, 0353/2014, 0370/2014, 0377/2014, 0390/2014, 0437/2014, 0476/2014, 0478/2014, 0481/2014, 0498/2014, 0706/2013, 0709/2013 e 0717/2013.

Esta Presidência comunica, ainda, que a comissão de Prevenção e Combate às Drogas apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0249/2014 e 0395/2014.

Esta Presidência comunica que encaminhará ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 425, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 760, de autoria do deputado Marcos Vieira; 761, 762 e 763, de autoria do deputado Antônio Aguiar, e 764, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada Dirce Heiderscheidt e srs. deputados, o meu boa-tarde a todas e a todos.

Faço também uma saudação muito especial à população do estado de Santa Catarina que

acompanha esta sessão e o nosso trabalho através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores, com grande alegria, a minha presença nesta tribuna, neste momento, é para agradecer. Volto a esta Casa com a certeza da continuidade do trabalho em defesa da vida, e que tem sido o meu compromisso como cidadã e como deputada estadual.

No último domingo" - e aqui dou os parabéns a todos os senhores e as senhoras que participaram desse pleito, os eleitos e os não eleitos nessa grande festa da democracia -, "brasileiras e brasileiros foram às urnas exercer um direito garantido com muita luta por todos que acreditaram e trabalharam pela democracia no nosso país.

Com muito respeito e humildade diante das escolhas das cidadãs e dos cidadãos do nosso estado, agradecemos do fundo do coração aos eleitores pelo reconhecimento e o voto de confiança para, mais uma vez, continuarmos o nosso trabalho em defesa da vida.

O meu muito obrigada à minha família, que sempre esteve ao meu lado com apoio, compreensão e trabalho, e que se envolveu nesse processo eleitoral.

Agradeço também a todos e a todas que estiveram conosco trabalhando incansavelmente de manhã, à tarde e à noite." Agradeço a essa militância maravilhosa do Partido dos Trabalhadores, que mais uma vez também saiu às ruas pedindo votos aos candidatos desse nosso partido.

(Continua lendo)

"Sou imensamente grata ao meu partido, o PT, que mais uma vez me deu a oportunidade de ser candidata e defender os nossos sonhos de uma sociedade mais justa, mais igualitária, livre, sem violência, mais livre e feliz.

Agradeço aos nossos dirigentes estaduais, a direção do PT em Blumenau.

O nosso muito obrigada aos companheiros de bancada na Assembleia Legislativa. Lado a lado,

temos buscado fazer a representação digna que a nossa população merece.

O meu agradecimento especial à nossa linda e aguerrida militância. Essa energia fantástica, de gente que se compromete e não mede esforços por um objetivo, é uma inspiração permanente em nossa caminhada no Parlamento catarinense.

Queremos ainda, sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, ressaltar o nosso comprometimento pela reeleição da presidenta Dilma Rousseff. Mais uma vez o Brasil irá decidir sobre dois projetos muito distintos: os projetos do PT e do PSDB.

Um projeto que deixou 50 milhões de brasileiros na miséria, 12,5% da população desempregada; um projeto que quebrou o Brasil três vezes e o entregou ao FMI; um projeto que privatizou as nossas riquezas e não construiu uma única universidade, foi o projeto do PSDB.

E o nosso projeto, que tirou o Brasil do mapa da fome mundial, que salvou da morte milhares de crianças, que pagou as dívidas com o Fundo Monetário Internacional, construiu universidades, moradias populares, aumentou o salário mínimo e construiu um Brasil que é respeitado no mundo. Fez o ProUni, o Fies e deu oportunidade para o estudo tecnológico através do Pronatec. Dessa forma, esse é especialmente um Brasil que garantiu a melhoria de vida a milhões de brasileiros e extirpou o fantasma do desemprego.

Vamos às ruas defender o projeto da presidenta Dilma. O Brasil vai continuar em frente. Especialmente porque no debate frente a frente, entre o que eles fizeram e o que nós construímos, a população brasileira vai optar pelo projeto de desenvolvimento com distribuição de renda. Isso faz com que todo mundo cresça, com que todo mundo ganhe.

O segundo turno começou muito mal, principalmente por causa do discurso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso dizendo que os nordestinos são uns ignorantes. Isso merece o nosso repúdio.

Se isso é fala de um ex-presidente da república? Destilar preconceito não ajuda em nada o nosso país. O Brasil é uma grande nação e todos são imprescindíveis para a construção desse maravilhoso país, que é o nosso Brasil. Por isso, essas atitudes preconceituosas nos fortalecem a lutar ainda mais pela reeleição da nossa presidenta Dilma.

Quero ainda, senhoras e senhores, para encerrar essa nossa fala, abordar a situação de insegurança vivida nos últimos dias aqui em Santa Catarina, na minha cidade, na região do vale do Itajaí, na foz do rio Itajaí, e também na Grande Florianópolis. Reitero, mais uma vez, que a nossa população não pode ficar à mercê de ações criminosas. Por isso, estamos cobrando também, diuturnamente, do governador Raimundo Colombo, exigindo providências imediatas para que possamos cessar estas ondas de violência.

Mesmo agora, o nosso líder, deputado Neodi Saretta, pediu providências para que sejam enviados ao nosso estado mais homens, mais policiais para a região oeste de Santa Catarina. Isso precisa em todo o estado de Santa Catarina. Na região da minha cidade, no médio vale do Itajaí, diminuiu significativamente o número de policiais militares, e também de policiais civis.

Mas a nossa presidenta Dilma determinou o envio de reforços neste momento de crise. A Força Nacional veio para cá e está dando a sua contribuição neste momento emergencial. Mas nós precisamos de uma ação de curto, médio e longo prazo para cessar estas ondas de violência no nosso estado.

Continuarei defendendo que são urgentes as políticas públicas de prevenção à criminalidade, com medidas que visem, não somente o aparato e equipamentos de segurança, mas investir em treinamento, em efetivo, e salário mais digno para nossos policiais. Também o enfrentamento à questão da drogadição, à questão de meninos e meninas, de homens e mulheres, que precisam de um tratamento digno, de recuperação da dependência química.”

Era isso, sr. presidente, o que tínhamos para falar no dia de hoje. E quero, mais uma vez, agradecer a toda população catarinense que confiou o seu voto para que continuasse exercendo o nosso trabalho nesta Casa.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.